

27 ABR 1992

Célio de Castro *

Até hoje o governo foi incapaz de estabelecer uma sólida maioria parlamentar. Nem mesmo com a anunciada "reforma ministerial", que nada renovou e só trouxe para o primeiro plano figuras ligadas ao sinistro regime militar.

Sem maioria, o governo está sendo forçado a negociar com os elementos mais fisiológicos do Congresso.

Até hoje, o PMDB não decidiu ainda se é oposição ou se é governo. Essa ambiguidade fica clara no episódio da reeleição do atual líder do PMDB, que só se manteve no cargo pelas pressões de eminentes ministros. Mesmo assim, só obteve a vitória por 52 votos contra 49 dados ao seu opositor.

O PSDB também não decidiu ainda se é governo ou oposição. A dúvida hamletiana dos tucanos ficou mais do que escancarada nos recentes episódios da "reforma ministerial".

O resultado de tudo isso é o imenso pântano político em que se encontra o Congresso, há quase um mês sem votar nada. Sem maioria, o governo não quer ir para o voto. PMDB e PSDB idem.

A falta de liderança e vontade políticas nos campos do governo e da oposição nos levaram a essa abulia.

No entanto, gostaria de destacar que a imensa maioria dos congressistas nunca se recusou a cumprir seu dever. Na Constituinte, as votações nunca ocorriam com menos de 400 parlamentares em plenário. Nos instantes mais delicados do governo Collor, houve sempre um miço comparecimento.

Sob o signo de Hamlet

JORNAL DO BRASIL

É comum termos um plenário cheio e a espera das reuniões dos líderes dos grandes partidos que discutem, discutem e nada deliberam.

As duas colunas de Villas-Boas Corrêa (dias 21 e 22) devem servir também como base para uma profunda autocritica das esquerdas.

Em 1987, na Constituinte, a esquerda, a centro-esquerda e os setores democráticos e progressistas conseguiram aprovar uma Constituição democrática para o país. Fomos derrotados apenas na reforma agrária e no mandato do então presidente da República.

Saimos unidos da Constituinte, mas nos dividimos na sucessão presidencial. Os resultados foram trágicos. Depois da derrota em 1989, a esquerda perdeu a iniciativa. Deixou-se acuar pelo debate em torno da privatização do Estado e acabou sendo apontada como uma defensora da estatização.

Estatização x privatização são os dois lados de uma mesma moeda falsa — o Estado corrupto, ineficiente, clientelista e paternalista. A grande bandeira que a esquerda e a centro-esquerda deveriam ter levantado seria a da desprivatização do Estado.

Afinal, a corrupção não é um sinal evidente de que o Estado está a serviço dos interesses privados de quadrilhas?

Hoje, a esquerda, a centro-esquerda e os setores democráticos e progressistas do Congresso se encontram diante de novos desafios:

Seremos capazes de formar um bloco parlamentar e impormos uma pauta mínima

de trabalho e de votações do Congresso que atenda aos reais interesses dos brasileiros?

Seremos capazes de propor à sociedade brasileira um projeto mínimo contra a recessão, o desemprego e a retomada do desenvolvimento?

Seremos capazes de nos unir nas eleições municipais deste ano para começarmos a construir uma sólida base eleitoral para 1994?

Em 1994, seremos capazes de oferecer à sociedade um projeto sério de governo para combater a inflação e promover o desenvolvimento, uma melhor distribuição de renda e oferecer casa, pão, trabalho, educação, saúde, segurança e transporte para todos os brasileiros?

A crise é grave e exige respostas imediatas.

Três anos depois, a reforma agrária ainda continua no papel pois o Congresso não regulamentou ainda a propriedade produtiva.

Por conveniência — afinal, a "bancada ruralista" é a maior do Congresso — os parlamentares recusam-se a entender que a reforma agrária não é apenas um problema que afeta posseiros, trabalhadores rurais e trabalhadores sem terra.

Ela é vital para a saúde e o desenvolvimento harmônico das grandes e médias cidades do Brasil.

Trabalho para todos no campo representa alimentos mais baratos, o fim das migrações para as cidades o fim da proliferação de favelas, de menores abandonados e da violência nos centros urbanos.

O país continua sem uma lei que estabeleça uma política estável para o salário mínimo e os demais salários.

Não há um debate sério sobre o Estado de que o Brasil necessita.

O que temos visto, até agora, foi a privatização de estatais lucrativas, como a Usiminas, e o sucateamento da saúde pública, da pesquisa científica e tecnológica, da educação. Os valores éticos e morais da sociedade foram substituídos pela "lei de Gerson".

Não há um debate sério sobre uma política que permita a todos os brasileiros o acesso à habitação, ao vestuário e à alimentação.

Muito menos, sobre bens de consumo popular que ajudariam, pelo menos, a atenuar os rigores da recessão.

Todos estes assuntos serão discutidos hoje, preliminarmente, numa reunião dos líderes do PSB, PPS, PT, PC do B. O PDT ainda não se decidiu a formar este bloco. O PSDB e PMDB — como sempre — hesitam.

Se falharmos, teremos traído a confiança daqueles que acreditaram que a volta da democracia lhes traria também uma vida nova, justa e digna.

A democracia nunca será defendida pelos famintos, os injustiçados e os deserdados da Terra.

Então, quando menos esperarmos, aparecerá alguém na TV dizendo:

"Senhores ministros e secretários, Minha gente, Pareceu-me fundamental convocá-los prontamente na manhã de hoje..."

* Deputado Federal, líder do PSB na Câmara